

A Sociologia Funcionalista nos Estudos Organizacionais: Foco em Durkheim

Autoria: Augusto César de Aquino Cabral

RESUMO: O tema que estrutura este ensaio é o da sociologia funcionalista, particularmente em termos de sua influência nos estudos organizacionais. O seu foco de análise é duplo. Em um primeiro momento, as obras de Durkheim. Em um segundo momento, o impacto e a supremacia dos enfoques funcionalistas nos estudos organizacionais. Embora seus segmentos estejam inter-relacionados, ele compõe-se de quatro partes. Na primeira, é feita uma análise histórica da emergência e sistematização do campo das ciências sociais, de modo a traçar a evolução do mesmo até o surgimento dos trabalhos de Durkheim. Na segunda, tomando-se como referencial a obra de Burrell e Morgan (1979), o paradigma funcionalista em termos de sua origem e expoentes é discutido, sendo a atenção concentrada em Comte e Spencer como meio de se chegar a uma compreensão inicial do pensamento de Durkheim e de sua sociologia. Na terceira, a vida e as principais obras de Durkheim são sumariadas. Por fim, o *status* atual dos estudos organizacionais, vistos como um conjunto impreciso, elástico e eclético de teorias e pesquisas sociais voltados para os problemas das organizações, é analisado em termos de seus pressupostos epistemológicos e ontológicos subjacentes como meio de explicitar a supremacia dos enfoques positivistas-funcionalistas no campo.

I. A Emergência das Ciências Sociais

Embora desde a Grécia antiga, de antes de Cristo, homens como Sócrates, com sua preocupação em definir conceitos na busca de atingir a essência das coisas, e Platão, com seu empenho em mostrar o caminho a ser seguido para se ir da *doxa* (opinião) à *episteme* (ciência), tenham aspirado a um saber mais rigoroso, o conhecimento científico é relativamente recente. Somente ao procurar o seu próprio caminho, o seu método, já na Idade Moderna, a ciência desvincula-se da filosofia e passa a determinar objetos específicos a serem apreendidos e controlados com este dado método. Ao invés de uma ciência, surgem, gradativamente, ciências particulares, com campos mais ou menos delimitados de pesquisas. Este avanço deu-se a partir do século XVII e tem a revolução galileana como um dos seus marcos.

Ao defender a substituição do modelo ptolomaico do mundo, o geocentrismo, pelo modelo copernicano, o heliocentrismo, Galileu (1564-164) provocou uma revolução não apenas científica, mas, também política e epistemológica. Retirando a terra do centro do universo, a nova visão quebrava hierarquias, democratizava espaços, e transformava visões de mundo. De seu papel contemplativo, a ciência, em sintonia com o então emergente novo modo de produção capitalista, vai liberando-se da teologia para vir a assumir um papel ativo como técnica e tecnologia de conhecimento e dominação das forças da natureza. Na nova ordem burguesa, a ciência solidifica-se impondo o racionalismo no lugar da fé e do dogmatismo, a técnica, a observação e a experimentação no lugar da contemplação, e, acima de tudo, o antropocentrismo no lugar do teocentrismo dominante na Idade Média. Em parte, é também de Galileu a herança da matematização da ciência como forma de se atingir uma linguagem rigorosa, precisa e capaz de evitar ambigüidades. Para Galileu, o método, o caminho, científico constitui-se do encontro da matemática com a experimentação. As transformações ocorridas podem ser sumariadas em quatro aspectos básicos (Aranha e Martins, 1993: 146-147):

- a *secularização da consciência* - o abandono da dimensão religiosa do saber medieval através da separação entre razão e fé, entre verdades científicas e verdades reveladas;

- *a descentralização dos cosmos* - o deslocamento não apenas do lugar da terra no universo, mas do lugar do homem neste universo;
- *a geometrização do espaço* - o fim da mistificação do lugar, da sacralização do espaço que torna-se homogêneo e quantificável, logo, mensurável; e
- *o mecanicismo* - o equacionamento da natureza e do homem com a máquina, com um conjunto de mecanismos regidos por leis, implicando a exclusão da ciência de considerações éticas, morais, e filosóficas.

O poder demonstrado pelas ciências naturais na descrição, previsão e explicação de fenômenos conduziu à convicção de que também as questões sociais e humanas poderiam ser estudadas sob a nova ótica científica, positivista e mecanicista. Foi então a partir do século XVIII que as ciências sociais começaram a se constituir como um campo coeso e sistemático. Ao estudo da sociedade buscava-se adaptar os métodos de pesquisa do mundo natural. Estes primeiros enfoques enfatizavam a formulação e teste de hipóteses para explicação e predição de fenômenos, e o uso de experimentos controlados e de técnica estatísticas para determinar correlações entre fenômenos. Ainda bastante comum atualmente entre os cientistas sociais com orientações e objetivos semelhantes aos dos cientistas sociais, este padrão de investigação é, genericamente, conhecido como naturalismo ou positivismo, e no campo das ciências humanas tem Durkheim como um dos maiores expoentes.

Estabelecendo a tirania da observação objetiva dos fatos, o positivismo fixou para as ciências, inclusive as humanas, e dentre estas a sociologia, critérios metodológicos rígidos. É no rastro destas amarras que ao insistir que o estudo da sociedade devia abster-se do reducionismo e considerar os fenômenos sociais “*sui generis*,” como coisas, Durkheim desenvolveu o seu método sociológico. Rejeitando interpretações com inspirações na psicologia ou na biologia, ele concentrou seu foco de atenção, por de vezes de forma, exagerada, nos determinantes sócio-estruturais dos problemas humanos. Como Aranha e Martins (1993: 188) observam, “essa preocupação em tornar o sujeito das ciências humanas um objeto semelhante ao das ciências da natureza marcou com cores fortes a primeira tendência metodológica.”

Embora a supremacia dos enfoques positivistas mais ortodoxos seja mais branda na atualidade, ela continua se impondo. Em parte por verem-se presos aos rigores do positivismo, os cientistas sociais têm lutado para construir suas explicações sobre um sólido alicerce de dados fatuais. Deste modo, enfatiza Scott (1990: 54), “o ‘status’ dos dados disponíveis deve, portanto, submeter-se a um rigoroso exame de controle de qualidade” uma vez que a qualidade da evidência disponível para análise constitui a base da pesquisa científica. Segundo o autor (p. 6), um conjunto de critérios relativamente simples pode ser utilizado para avaliar esta qualidade, independentemente do tipo de evidência com que se lida:

- Autenticidade - a evidência é genuína e de origem inquestionável?
- Credibilidade - a evidência é livre de erros e distorções?
- Representatividade - a evidência é típica de sua categoria, e, se não, a extensão de sua *atipicalidade* é conhecida?
- Significado - a evidência é clara e compreensível?

Mais do que uma lista de tarefas a ser checada, os critérios de avaliação incorporam-se ao saber do pesquisador experiente, tendendo, portanto, a serem utilizados de forma sutil, não rígida. Estes critérios são interdependentes. A aplicação de um implica a invocação das conclusões derivadas da aplicação dos demais. Neste sentido, dado que quaisquer conclusões alcançadas podem ser utilizadas para levar a avaliação da qualidade um pouco mais adiante, o processo de avaliação é infundável. Portanto, o significado interpretativo dos resultados

apresentados pelo pesquisador é, na verdade, um julgamento inicial e provisório que deve ser revisto à medida em que novas descobertas o levam a reavaliar suas evidências (Scott, 1990: 35). De qualquer maneira, o cientista social deve estar atento para uma questão: “facts are not raw perceptions but are theoretically constructed observations” (Scott, 1990: 54).

Ao longo das últimas décadas, a palavra positivismo têm assumido diferentes conotações e tem sido utilizada não apenas de forma exaustiva, mas também, por vezes, de modo inadequado. Segundo Giddens (1997: 167), “‘positivismo’ tornou-se antes uma expressão ofensiva do que um termo técnico de filosofia.” Confirmando esta constatação, Burrell e Morgan (1994: 5) argumentam que a palavra positivismo mais do que um conceito descritivo útil tornou-se um epíteto derogatório. O escopo do termo torna difícil precisar tanto suas fronteiras quanto o seu alvo, embaçando as áreas de exclusão e inclusão. Como um guarda-chuva, o positivismo pode, como argumenta Domingues (1998: 1), recobrir desde o empirismo inglês e o iluminismo francês do início da modernidade, passando pelo materialismo naturalista do séc. XIX, até o empirismo lógico e a filosofia analítica dos séc. XX.

II. A Sociologia Funcionalista

Embora alguns dos elementos do paradigma funcionalista remetam ao pensamento político e social dos gregos antigos, a determinação do seu ponto de origem é difícil. Por conveniência, a sua análise comumente inicia-se com o trabalho de Comte (1798-1857), genericamente visto como o pai da sociologia. Tido como o sociólogo da unidade humana e social (Aron, 1965: 59), o filósofo francês Auguste Comte via o conhecimento e a sociedade como estando em um processo evolucionário, cujo estágio *inicial* seria o teológico ou fictício; *intermediário*, o metafísico ou abstrato; e *final*, o científico ou positivo. Estas etapas foram formuladas em sua obra, *Curso de Filosofia Positiva* (1830-42), e constituem a chamada ‘lei dos três estágios’, segundo a qual o conhecimento e a sociedade evoluem numa direção bem definida. No primeiro estágio, os fenômenos são explicados por referência à vontade dos deuses e a realidades transcendentais; no segundo, recorre-se a conceitos mais abstratos, referidos a processos universais, como ‘natureza’; no terceiro, o conhecimento se baseia na descrição dos fenômenos e na descoberta das leis objetivas que os determinam. A função da sociologia seria, então, compreender o necessário, indispensável e inevitável curso da história de forma a promover a realização de uma nova ordem social. Para Comte, a racionalidade estava em ascendência, fundamentando a base de uma ordem social bem regulada. O enfoque positivista estruturaria o destino da humanidade, guiando-a para o tipo de sociedade ideal.

Para Comte, o método positivo já então reinante na matemática, astronomia, física e biologia finalmente prevaleceria na política e culminaria na fundação de uma ciência positiva da sociedade, a sociologia. Esta sociologia baseava-se em modelos e métodos das ciências naturais, e visavam descobrir as leis científicas subjacentes às as relações entre as várias partes da sociedade — ‘estática social’ — e explicar o modo como elas mudam ao longo do tempo — ‘dinâmica social’. Tendo sido o criador do termo “sociologia,” Comte via a sociedade como um organismo, em que cada parte tem uma função específica e contribui para o funcionamento do todo. Como Burrell e Morgan (1994: 42) ressaltam, Comte associava a biologia à ciência social. Ele via a primeira como um ponto de transição decisivo entre as ciências, no sentido de que ela marcava uma diferença entre o ‘orgânico’ e o ‘inorgânico’ e enfatizava a compreensão e explicação dentro da totalidade do todo vivo. Baseando-se no modelo positivo das ciências naturais, utilizando analogias mecânicas e orgânicas, distinguindo entre estática (estrutura) e dinâmica (processo), e defendendo o holismo metodológico, Comte instaurou as regras de uma atividade sociológica voltada para a explicação da ordem e regulação social, tendo desta forma lançado os alicerces do paradigma funcionalista (Burrell and Morgan, 1994: 42).

Em sua obra, Comte propôs uma classificação do campo do conhecimento e viu na sociologia a mais nova e complexa das ciências ‘positivas,’ aquelas voltadas para a observação direta dos fenômenos. O positivismo de Comte, desenvolvido como uma nova doutrina religiosa da humanidade, expandiu sua zona de influência para além da França, e sua máxima, *ordem e progresso*, figura até hoje na bandeira brasileira. A respeito deste lema, Giddens (1997: 180) ressalta que “a dependência mútua entre progresso e ordem é tanto um tema dos escritos de Durkheim quanto dos de Comte.” Refletindo o crescente interesse de Comte ao longo de sua vida pelas questões morais, a doutrina positivista buscava ser uma resposta aos desafios da sociedade moderna, também uma preocupação central em Durkheim. Em relação ao impacto de Comte sobre a sociologia de Durkheim em particular e a sociologia em geral, Giddens (1997: 178) afirma que:

“Tanto quanto se concebe a ciência social do século XX, a influência dos escritos de Comte deriva menos do seu impacto direto do que de seu remanejamento na versão de Durkheim do método sociológico. As obras de Durkheim oferecem uma fonte próxima para o funcionalismo tanto em antropologia quanto em sociologia. Mas a obra de Durkheim também teve um efeito amplo e mais difuso, como um estímulo para as tradições centrais do pensamento social contemporâneo em que a finalidade de atingir um a “ciência natural da sociedade” é considerada desejável e factível.”

Outro positivista influente tanto na constituição do funcionalismo (Burrell and Morgan, 1994: 43), quanto na formação de Durkheim foi Herbert Spencer (1820-1903), embora, como enfatiza Giddens (1997: 180), fique claro que “Durkheim deduziu sua concepção de método funcionalista de Comte e não de Spencer” uma vez que “Durkheim seguiu Comte de perto ao separar a explicação funcional (estática) da explicação histórica (dinâmica), ainda que criticasse tanto Comte quanto Spencer por reificarem o “progresso”: tratar o ímpeto para o auto-aperfeiçoamento como se fosse uma causa geral da evolução da sociedade.”

Positivista na tradição de Comte, a principal contribuição de Spencer, como indicam Burrell and Morgan (1994: 43), foi desenvolver de forma mais detalhada as implicações da analogia biológica para a sociologia. Influenciado por Darwin, Spencer via o estudo da sociologia como o estudo da evolução em sua forma mais complexa. Embora vendo a sociedade como um tipo de organismo, ele usava a analogia de forma flexível, mais como um instrumento explicativo. Seu trabalho contribuiu muito para a fundação da análise dos fenômenos sociais em termos de ‘estrutura’ e ‘função’.

Spencer traçou paralelos entre a evolução das sociedades e a das espécies, enfatizando o papel do conflito, incluindo a guerra, como uma força para a mudança social. Esta evolução, entretanto, era vista em uma perspectiva teórica que enfatizava a inevitável marcha em direção aos sistemas sociais mais complexos e integrados, cuja forma mais avançada era a sociedade industrial. Como Parsons salientou, o Deus de Spencer era a Evolução, às vezes denominado Progresso (Burrell and Morgan, 1994: 43). Para Giddens (1997: 180), as idéias de Comte eram, na realidade, mais próximas das de Spencer do que este admitia.

III. Durkheim, Vida e Obra

Nascido em 15 de abril de 1858 em *Épinal*, França, Durkheim, ao lado de Max Weber (1864-1920), pode ser visto como o fundador da sociologia como disciplina acadêmica. Mesmo enquanto estudante de filosofia na *École Normale Supérieure* de Paris, Durkheim já demonstrava inquietação em relação aos problemas sociais. Ao retornar de um período de estudos na Alemanha, uma cátedra de sociologia e educação, a primeira a existir na França, foi criada para ele em *Bordeaux* em 1887. Sendo ele um jovem cientista social, a sua nomeação para a Faculdade de Letras de Bordeaux cujo corpo docente era

predominantemente humanista despertou forte oposição. Ao enfatizar o valor da sociologia para as disciplinas humanas mais tradicionais como a filosofia, a história e o direito, Durkheim suscitou temores justificáveis de um “imperialismo sociológico” (Jones, 1986). Esta situação de conflito dificultou-lhe a realização do seu sonho de lecionar em Sorbonne, Paris, em 1902, quando veio a realizar uma pretensão compartilhada por muitos acadêmicos franceses.

Sendo por formação um filósofo de universidade francesa com formação laica (Aron, 1987), Durkheim empenhou-se no desenvolvimento de um corpo de seguidores intelectuais que viria a publicar o jornal que ele fundou em 1896: *L'Annee sociologique*, cujo objetivo era promover as posições do grupo através da pesquisa em uma variedade de assuntos. Dentre os discípulos, estavam Marcel Mauss, Marcel Granet, Georges Davy, Robert Hertz, Francois Simiand, e Maurice Halbwachs. Como resultado, a influência de Durkheim é ainda muito forte, não somente na sociologia moderna, mas também na antropologia, lingüística, direito, teologia, psicologia e todos os anais da historiografia Francesa.

Em sua época, Durkheim teve lugar de destaque no tratamento de questões sociológicas empíricas, com repercussões ainda fortes na atualidade. Graças ao vigor e alcance de seu trabalho em diversas frentes, Durkheim pode ser descrito, como o fez Parsons (1972: 319), como um eficiente empreendedor da sociologia. Acima de tudo, entretanto, o seu brilhantismo, pondera Parsons, advém do fato dele ter utilizado as referências e estruturas de tradições intelectuais solidamente estabelecidas, o utilitarismo inglês, o idealismo germânico, e sua própria bagagem francesa, para formular uma estrutura referencial firmemente embasada nestas tradições, porém, ao mesmo tempo, altamente original. Sua morte prematura em 15 de novembro de 1917, aos 59 anos, pode, talvez, ser atribuída aos choques causados pela guerra que além de ter matado vários de seus colegas e amigos, matou o seu próprio filho em 1916.

Em termos de orientação intelectual, a formação de Durkheim era, majoritariamente, de origem francesa, remetendo a Decartes e Rosseau, numa perspectiva mais distante, e a figuras como Saint-Simon, Auguste Comte, Herbert Spencer, e a seu próprio professor, Fustel de Coulanges, dentre outros, numa perspectiva mais próxima. A preocupação de Durkheim com as correntes contemporâneas dominantes na Inglaterra e Alemanha é, como salienta Parsons (1972: 312), tipicamente francesa, pois, na verdade, a originalidade do pensamento francês preenchia uma lacuna intermediária entre as duas principais linhas de pensamento européias, o empirismo e o utilitarismo inglês e o idealismo alemão. Assim,

In a crucial sense, modern sociology is a product of the synthesis of elements that have figured most prominently in these two traditions, and it seems to have been the mediating character of his French background that gave Durkheim a distinctive “place to stand,” from which he contributed so effectively to this synthesis.

A herança de Comte e Spencer em Durkheim foi assimilada de modo crítico. A influência de Comte não foi em termos de continuidade, mas sim de formação e teve como traço mais forte a extensão da atitude positiva, científica em relação ao estudo da sociedade. Apesar de Durkheim discordar de Comte em vários aspectos, a noção “Durkheimiana” da realidade objetiva dos “fatos sociais” reflete a influência da visão “Comtiana” de uma realidade social concreta; logo, objeto de investigação científica racional. Tendo reconhecido que Comte havia simplificado esta realidade ao ignorar o modo como a sociedade é composta de diferentes ‘tipos’ e ‘espécies’, Durkheim achou a análise de Spencer mais aceitável, e incorporou muitos dos *insights* deste, derivados da analogia orgânica, à sua própria visão. Porém, para Durkheim a sociologia tinha de ir além: a mera análise das partes existentes no organismo social e do papel que elas desempenham não era adequada como um fim de análise

social. A análise causal era necessária além da 'análise funcional' (Burrell and Morgan, 1994: 44). Em termos de método, Durkheim, a exemplo de Comte e Spencer, inspirou-se nas ciências naturais, amoldando-se ao paradigma fisicalista. Na construção de seu método sociológico, ele

...expurga os elementos metafísicos da doutrina de Comte (por ex. a teoria dos três estados), retém sua motivação empírica e lhe estende a matemática e a estatística. Assim, estabelece no plano do método 1) o preceito de observação objetiva e imparcial dos fenômenos (traduzido no famoso imperativo das Regras de tomar os fatos sociais como coisas, sem nenhuma idéias prévia ou noção preconcebida), 2) a necessidade de estabelecer conexões causais entre os fenômenos e conferir-lhes a forma da lei, segundo o número e a medida (como as taxas do suicídio), 3) a exigência de submeter as proposições da sociologia à verificação empírica (a exemplo dos vaticínios sobre a religião com base na indução, nas *Formas Elementares da Vida Religiosa*) (Domingues, 1998: 2).

Considerado um holista metodológico, distinguindo entre causas, funções e estruturas, Durkheim enriqueceu o pensamento de seus antecessores e forneceu uma sólida base para o desenvolvimento do paradigma funcionalista. Quanto à sua teorização, Durkheim localiza-se no contexto da sociologia da regulação. Sua sociologia reflete uma preferência pela ordem como força principal nas questões sociais, como ressaltam Burrell e Morgan (1994: 44-45). Sua preocupação com o *status quo*, a ordem social, o consenso, a integração e coesão social, e a solidariedade o caracterizam como um legítimo sociólogo da ordem e da regulação.

Durkheim argumentava que uma das tarefas dos sociólogos era estudar os determinantes sociais do comportamento — *deveres, leis, e costumes* — que unem e mantêm as pessoas em sociedade. Em sua inquietação com as mazelas sociais, ele identificava duas concepções de solidariedade, a mecânica, associada às sociedades tradicionais, e a orgânica, associada às sociedades industriais. Para ele, as 'sociedades tradicionais' mantinham-se unidas pela 'solidariedade mecânica', que deriva-se da semelhança das partes e tem a 'consciência' do indivíduo como uma simples apêndice e seguidor da consciência coletiva. (Durkheim, 1938: 148) A 'consciência coletiva' baseava-se em um sistema compartilhado de valores, normas e crenças. Na sociedade industrial, com seu sistema de divisão de trabalho e diferenciação funcional, ele via uma solidariedade orgânica advinda da interdependência das partes. Durkheim reconheceu que no processo de transição das sociedades tradicionais para as industriais a solidariedade poderia romper-se, criando um estado de anomia ou anormalidade. Porém, ele via isto como um estado patológico no curso natural de desenvolvimento.

Em uma perspectiva crítica, Jones (1986), resalta alguns traços marcantes em Durkheim: o uso insistente de argumentação por eliminação; a utilização constante de *petitio principii* em sua argumentação, uma falácia em que a premissa de um argumento presume a própria conclusão a ser argumentada; a insistência em proclamar a sociologia como uma ciência independente com sua própria e irredutível realidade, o que o levou a adotar uma linguagem excessivamente metafórica, por exemplo as analogias biológicas e mecânicas; o uso impreciso ou demasiadamente elástico de conceitos, como o de coerção; e o fato de que suas explicações macro-sociológicas pressupõem uma teoria sócio-psicológica nunca explicitada.

III. 2. Principais Obras

O cerne do pensamento de Durkheim pode ser ressaltado pela análise de seus principais livros: *A Divisão do Trabalho Social* (1893); *As Regras do Método Sociológico* (1895); *O Suicídio* (1897); e *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912). Algumas das idéias básicas de cada um deles são apresentadas em seguida em uma síntese que de forma

alguma busca ser exaustiva. Fora os aspectos metodológicos desenvolvidos em seus livros, Durkheim trata fundamentalmente da questão do consenso.

O primeiro destes livros, *A Divisão do Trabalho Social* (1893), é, de fato, a tese de doutoramento de Durkheim. Nele, Durkheim trata das relações entre os indivíduos e a coletividade, uma preocupação central no pensamento do autor, tendo como ponto de questionamento o desafio de como manter um grau satisfatório de coerência moral e intelectual nas sociedades modernas, caracterizadas pela extrema especialização de funções.

Durkheim estuda a passagem entre o que chamou de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. A primeira, característica das sociedades “simples,” um tipo de organização social que teria se dissolvido à medida que a sociedade se tornava mais diferenciada. A segunda, característica das sociedades modernas baseadas na divisão do trabalho. Nestas, a família passa a ser econômica e socialmente secundária em relação ao trabalho, e as expectativas que orientam o comportamento social tornam-se mais específicas, variando segundo os papéis desempenhados pelos indivíduos. Durkheim acreditava que esta era uma forma mais frágil de sociedade, mais sujeita a conflitos e ao enfraquecimento das regras formais ou informais que asseguram a coesão social, a anomia. Mais do que como um fenômeno humano, Durkheim via a lei da divisão do trabalho como sendo aplicável não apenas às sociedades humanas, mas aos organismos biológicos em geral. Sendo a divisão do trabalho uma lei natural, Durkheim refletia sobre os questionamentos morais que dela advinham e que, para ele, as sociedades modernas não vinham enfrentado de modo apropriado, criando, assim, uma situação de conflito moral que ele buscou primeiro explicar e depois resolver.

Convencido de que os fatos morais como a divisão do trabalho eram em si fenômenos naturais, constituídos por regras de ação impostas à conduta que podiam ser reconhecidas, observadas, descritas, classificadas, e explicadas, Durkheim utilizou o método da chamada “ciência da ética” na explicação e resolução desta situação. Para Durkheim, a explicação era apenas um passo na solução de problemas sociais práticos, pois ele concebia a sociedade como estando sujeita às condições de saúde ou doença moral, sendo o sociólogo o seu médico. Estando o problema definido desta forma, a sua solução implicava: a determinação da função da divisão do trabalho; a determinação das causas de que esta divisão dependia; e a determinação das formas de ‘doença’ que ela exibia (Jones, 1986: 25). A palavra função refere-se à (Jones, 1986: 26): 1. sistema de movimentos vitais (digestão, respiração etc.) sem referência às conseqüências destes movimentos; e 2. relação entre estes movimentos e as correspondentes necessidades do organismo (a digestão incorpora alimentos essenciais ao corpo, a respiração introduz os gases necessários ao organismo etc.). Durkheim enfatiza a segunda opção, a divisão do trabalho em termos da necessidade orgânica que esta preenchia.

Durkheim preocupava-se em diferenciar as causas de um fato social de suas funções. Também à análise da divisão do trabalho, ele impunha esta diferenciação, insistindo que suas causas não poderiam ser algum tipo de antecipação de seus efeitos morais, pois estes efeitos tornaram-se evidentes somente após um longo processo de evolução social e dificilmente poderiam ser previstos. Tendo descartado as causas individualistas e psicológicas, Durkheim argumentava que a explicação para a divisão do trabalho deve ser buscada em alguma variação dentro do contexto social. Fundamental, portanto, era o estudo das formas de organização social. Segundo Durkheim, para constituir uma sociedade, os indivíduos devem alcançar o consenso por meio da solidariedade, mecânica ou orgânica, que representam formas extremas de organização social. Os traços de cada uma delas são sumariadas abaixo:

- *Solidariedade Mecânica* - típica das sociedades tradicionais, primitivas ou arcaicas. É representada pela metáfora da máquina. É uma solidariedade por semelhança característica das sociedades em que os indivíduos: são intercambiáveis por diferirem pouco uns dos

outros; reconhecem os mesmos objetos como sagrados; têm os mesmos sentimentos e valores; e são orientados pelos imperativos e proibições sociais.

→ A sociedade tem coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciaram. A implicação é a de que o indivíduo não vem historicamente em primeiro lugar, uma idéia central no pensamento de Durkheim.

- *Solidariedade Orgânica* - típica das sociedades industriais, modernas. É representada pela metáfora do organismo. É uma solidariedade por diferenciação, característica das sociedades em que os indivíduos: não são intercambiáveis; diferem uns dos outros; e têm a liberdade de crer, querer e agir conforme suas preferências.

→ Os indivíduos diferem uns dos outros porque o consenso, que resulta da diferenciação ou se exprime por seu intermédio, se realiza.

A divisão do trabalho de Durkheim diferencia-se, em termos de enfoque, daquela estudada pelos economistas, como ressalta Aron (1987: 299). A diferenciação das profissões e a multiplicação das atividades industriais, oriundas da desintegração da solidariedade mecânica e da estrutura segmentária, exprimem a diferenciação social que Durkheim prioriza. Da análise destes temas decorrem idéias que fazem parte da teoria geral de Durkheim, como por exemplo, o conceito de *consciência coletiva*, significando o conjunto das crenças dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade que forma um sistema determinado, com vida própria. A consciência coletiva existe em função dos sentimentos e crenças presentes nas consciências individuais, mas não é apenas a expressão ou efeito destas. Ela evolui segundo suas próprias leis e tem maior extensão nas sociedades dominadas pela solidariedade mecânica.

Elaborando estas noções, Durkheim conclui que o indivíduo nasce da sociedade, e não o contrário. Surge daí uma de suas idéias centrais: a definição da sociologia como a prioridade do todo sobre as partes, ou a irredutibilidade do conjunto social à soma dos elementos, e a explicação dos elementos pelo todo. Como Aron enfatiza (1987: 302), no estudo da divisão do trabalho, Durkheim descobriu: 1. A prioridade histórica das sociedades onde a consciência individual está inteiramente fora de si; e 2. A necessidade de explicar os fenômenos individuais pelo estado da coletividade, e não o estado da coletividade pelos fenômenos individuais.

Para Durkheim, a definição científica da divisão do trabalho era apenas uma etapa. O estudo científico de um fenômeno social exigia, em sua opinião, uma metodologia específica, objetiva. Como afirma Aron (1987: 302), tratava-se de identificar “o meio pelo qual os estados de consciência não perceptíveis diretamente podem ser reconhecidos e compreendidos. Estes sintomas, ou expressões dos fenômenos de consciência são, em *De la Division du travail social*, são os fenômenos jurídicos.” Entra em cena a caracterização de um dos tipos de solidariedade: o direito repressivo que pune faltas e crimes e revela a consciência coletiva nas sociedades de solidariedade mecânica; e o direito restitutivo voltado para o restabelecimento do estado das coisas e que não é a única forma de direito característica das sociedades de solidariedade orgânica. Da manipulando interligada destes conceitos e noções, Durkheim esboça uma teoria do crime, da qual tira uma teoria das sanções.

Durkheim preocupa-se com as formas anormais da divisão do trabalho. Partindo do pressuposto de que a divisão do trabalho é cada vez mais uma das pilstras da ordem social, ele propõe-se a criar uma ciência moral, para analisar como a evolução das formas sociais repercute no caráter das normas morais, como ressalta Aron (1987: 305). Ele rebate a teoria utilitarista, segundo a qual o aumento da especialização do trabalho gera um aumento de riqueza; logo, maior satisfação das necessidades humanas e felicidade. A elevação do índice de suicídio nas sociedades modernas é o argumento utilizado. Em seu esforço de encontrar a causa do desenvolvimento da divisão do trabalho nas sociedades modernas, um fenômeno

social, Durkheim recorre ao princípio da homogeneidade da causa e do efeito, que postula que um fenômeno social só pode ser explicado por outro fenômeno social. No caso, o de uma combinação de volume, número de indivíduos; densidade material, número de indivíduos em relação a uma dada área; e densidade moral, intensidade das comunicações e trocas entre os indivíduos da sociedade. Já para explicar o mecanismo da diferenciação social, Durkheim usa o conceito de luta pela vida de Darwin que fornece uma perspectiva coerente com o que Durkheim considera uma regra do método sociológico: a explicação de um fenômeno social por outro fenômeno social e a explicação de um fenômeno global por outro fenômeno global.

Nos livros de Durkheim é evidente a semelhança dos métodos usados e dos resultados obtidos. Neles, Durkheim: 1. define o fenômeno; 2. refutação as interpretações anteriores; e 3. elabora uma explicação propriamente sociológica do fenômeno estudado.

As *Regras do Método Sociológico*, concebido quando Durkheim refletia sobre *A Divisão do Trabalho* e *O Suicídio*, representa a formulação abstrata da prática dos dois primeiros livros. Seus tópicos incluem: *o conceito de fato social* - modos de fazer ou pensar reconhecíveis por poderem exercer coerção sobre as consciências particulares; *as regras para a observação dos fatos sociais* - considerá-los como coisas e afastar sistematicamente todas as noções prévias; *as regras para distinção do normal do patológico* - procurar manifestações exteriores, imediatamente perceptíveis mas objetivas, que nos permitam reconhecer as duas ordens de fatos; *as regras para a constituição dos tipos sociais* - escolher para a classificação traços particularmente essenciais; *as regras para a explicação dos fatos sociais* - investigar separadamente a causa eficiente que produz um dado fenômeno social e a função que ele desempenha; e *as regras para a demonstração da prova sociológica* - para verificar se um fenômeno é causa de outro, comparar os casos em que estes estão simultaneamente presentes ou ausentes e observar se as variações apresentadas comprovam a dependência de um em relação ao outro (a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa).

A concepção da sociologia de Durkheim se baseia em uma teoria do fato social. Para ele, pode e deve haver uma sociologia objetiva e científica, nos moldes das ciências já estabelecidas, cujo objeto é o fato social. Esta sociologia requer que seu objeto seja específico, distinto do das demais ciências, e que possa ser observado e explicado como ocorre nestas outras ciências. Duas proposições fundamentam a metodologia de Durkheim: 1. os fatos sociais devem ser considerados como coisas (tudo o que nos é dado e/ou se impõe à nossa observação) e 2. a característica básica de tais fatos é que eles exercem uma coerção sobre os indivíduos. O termo coerção tem uma pluralidade de sentidos: regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros, que consistem em crenças e práticas constituídas, e ainda fatos sociais que, sem apresentarem, estas formas organizacionais têm a mesma objetividade sobre o indivíduo (correntes sociais de entusiasmo, indignação e piedade, por exemplo).

Conhecer os fenômenos sociais, os fatos, como coisas implica a adoção de uma postura metodológica rígida e objetiva, nos padrões de Durkheim, que permitam uma observação asséptica, a exemplo do enfoque usado na física e na biologia. Em sua teoria sociológica, os problemas de definição e de classificação têm lugar de destaque. Em seus livros, Durkheim começa por definir o fenômeno considerado, uma tarefa fundamental uma vez que trata de isolar uma categoria de fatos. Definida uma dada categoria de fatos, Durkheim julga ser possível encontrar uma única explicação para eles. Um efeito determinado provém sempre da mesma causa. Em relação a este método, Aron (1987: 340) aponta um perigo duplo: “substituir imperceptivelmente uma definição, intrínseca, por outra, extrínseca, relacionada com sinais exteriores reconhecíveis, e pressupor arbitrariamente que todos os fatos classificados nessa categoria derivam necessariamente de uma mesma causa.”

Em *O Suicídio* (1897), Durkheim, de forma pioneira, empregou sistematicamente dados estatísticos para a elucidação de questões sociais. A relação do indivíduo com o grupo e

com as normas e valores prevalecentes no grupo é a preocupação maior no livro que parte da hipótese de que as causas do suicídio encontram-se nas condições sociais. Para testar esta teoria, Durkheim estudou registros de taxas de suicídio em todos os países europeus em que havia dados disponíveis. Algumas destas estatísticas haviam sido coletadas por outros pesquisadores; outras encontravam-se disponíveis em documentos públicos; e ainda outras foram compiladas de arquivos oficiais. Com relativa ingenuidade, Durkheim examinou estas estatísticas em termos do impacto que as mesmas exerciam sobre diferentes hipóteses. Ele examina primeiro um número de hipóteses alternativas: que o suicídio é o resultado de estados psicopáticos, de imitação, de fatores raciais ou hereditários, de fatores cósmicos. Demonstra que as estatísticas não condizem com qualquer destas hipóteses. Parte para novas hipóteses e análises. Através de uma série de análises, demonstra que as regularidades sazonais nas taxas de suicídio não podem ser explicadas pela temperatura, e sugere a hipótese alternativa de que a atividade social é sazonal e que a taxa de suicídio relaciona-se ao grau de atividade social.

Voltando-se para a hipótese de que uma causa básica de suicídio é a falta de integração no grupo social, ele examina três influências sociais principais: religião, família, e atmosfera política. Descobre, por exemplo, que as taxas de suicídio são mais baixas entre os católicos do que entre os protestantes, entre as pessoas casadas do que as solteiras, entre as pessoas com filho do que as sem filhos, e durante os períodos de fervor nacional. Há uma tendência ao aumento da frequência dos suicídios tanto nos períodos de crise econômica quanto nos de prosperidade e há uma tendência à redução da frequência dos suicídios durante os grandes acontecimentos políticos. Todas estas descobertas, ele argumenta, apoiam a hipótese de que pertencer a um grupo social coeso é um empecilho para o suicídio. À medida em que analisava seus dados, ele modificava e refinava sua teoria. Entretanto, seus estudos suscitam algumas questões, dentre elas: o valor das estatísticas; a validade das correlações estabelecidas; a relação entre a interpretação sociológica e a psicológica. Um ponto central é o de que a evidência a partir da qual Durkheim extraiu seus dados é de qualidade duvidosa. Como Scott (1990: 53) salienta, para que suas conclusões possam ser consideradas, os problemas de credibilidade e significado, negligenciados por Durkheim, devem ser reduzidos a um patamar em que se possa estabelecer com algum grau de certeza quais eram as reais taxas de suicídio.

Para Durkheim (1960: 5), suicídio é “todo caso de morte provocado direta ou indiretamente por um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima e que ela sabia que devia provocar este resultado.” Esta definição requer a compreensão de que um ato positivo/direto seria, por exemplo, disparar um tiro na cabeça, enquanto um ato negativo/indireto seria, por exemplo, não abandonar uma casa em chamas. Logo, o conceito de suicídio engloba não só os casos reconhecidos por todos, mas também as mortes voluntárias envoltas em heroísmo e glória, como indica o seguinte esquema de tipos de suicídio:

- *Egoísta* → analisado graças à correlação entre a taxa de suicídio e os contextos sociais integradores, a religião e a família, esta última considerada sob o duplo aspecto de casamento e prole.
- *Altruísta* → analisado em dois exemplos principais: o completo desaparecimento do indivíduo no grupo (a viúva indiana que aceita ser colocada na fogueira que queima o corpo do marido e o comandante do navio que não quer sobreviver à perda de sua nave). Há, portanto, dois tipos básicos na “corrente suicidógena”: os que se afastam demais do grupo social e os que estão demasiadamente presos ao grupo.
- *Anômico* → revelado pela correlação estatística entre a frequência do suicídio e as fases do ciclo econômico. Atinge os indivíduos em função das condições de vida nas sociedades

modernas, onde a existência social não é regulamentada pelos costumes, sendo, portanto, o tipo que mais interessava a Durkheim.

Um fato essencial para Durkheim é o de que, sendo característica de uma sociedade global, ou de uma dada região, a taxa de suicídio é relativamente constante. Ela varia em função de múltiplas circunstâncias. Ao sociólogo, cabe estabelecer correlações entre as circunstâncias e as variações desta taxa. Variações que são fenômenos sociais. Durkheim distingue o fenômeno individual da taxa de suicídio, que é um fenômeno social. O importante é a relação entre o fenômeno individual - *suicídio* - e o fenômeno social - *taxa de suicídio*.

De acordo com a definição do fenômeno, Durkheim afasta as explicações de tipo psicológico, embora reconheça que possa haver uma predisposição psicológica. Porém, o fator determinante é social. Como coloca Aron (1987: 310), a discussão científica centra-se nesses dois termos: predisposição psicológica e determinação social. Para demonstrar esta distinção, Durkheim emprega o método clássico das variações concomitantes. Estuda as variações da taxa de suicídio em diferentes populações e procura provar que não há correlação entre a frequência dos estados psicopatológicos e a frequência dos suicídios.

Interessado nas consequências práticas do estudo do suicídio, Durkheim os estudava em termos de seu caráter *normal* ou *patológico*. Para ele, os suicídios são fenômenos individuais, cujas causas são, contudo, essencialmente sociais. As causas reais dos suicídios são forças sociais que variam de sociedade para sociedade, de grupo para grupo e de religião para religião. Como ressalta Aron (1987: 315), mais uma vez, encontra-se aqui o tema fundamental da sociologia de Durkheim: as sociedades são em si de natureza diferente dos indivíduos. Existem fenômenos e forças cujo suporte é a coletividade e não a soma dos indivíduos.

O Suicídio tem o rigor de um trabalho acadêmico e constitui uma aplicação de seu método sociológico: 1. definição do fenômeno a ser estudado; 2. refutação das interpretações anteriores; 3. estabelecimento de uma tipologia; e 4. desenvolvimento de uma teoria geral do fenômeno considerado a partir da tipologia estabelecida.

Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), Durkheim visa elaborar uma teoria geral da religião, com base na análise das instituições mais simples e mais primitivas. As conclusões extraídas do estudo do totemismo australiano pressupõem que seja possível apreender a essência de um fenômeno observando-se suas formas mais elementares. O livro reúne, como demonstra Aron (1987: 322), uma descrição e análise do sistema de clãs e do totemismo de certas tribos australianas; uma teoria da essência da religião; e uma interpretação sociológica das formas do pensamento humano, ou seja, uma introdução à sociologia do conhecimento. O método é o mesmo das obras anteriores: definição do fenômeno, refutação das teorias diferentes, demonstração da natureza essencialmente social das religiões.

A essência da religião é a divisão do mundo em fenômenos sagrados e profanos, e não a crença em divindades transcendentais. Depois de definir a religião, Durkheim afasta as interpretações anteriores à sua: o animismo, a fé em espíritos e o naturismo, a fé em forças naturais transfiguradas. Em ambos, segundo Durkheim, termina-se por dissolver o objeto considerado. A religião corresponde a uma alucinação coletiva. Durkheim, por outro lado, acredita poder explicar a realidade do fenômeno religioso. A visão do totemismo como a religião mais simples implica uma representação evolucionária da religião e caracteriza Durkheim como um pensador evolucionista, salienta Aron (1987: 325). Esta visão admite não apenas que há um processo evolucionista de desenvolvimento da religião, a partir de uma origem única, mas também que uma experiência específica pode revelar a essência de um fenômeno comum a todas as sociedades. Entretanto, como Jones (1986) salienta, a escolha do caso único leva Durkheim a ignorar evidências contrárias. Ademais, não há necessariamente

uma relação entre a simplicidade de uma sociedade e a simplicidade de suas práticas religiosas, assim como não há também uma relação necessária entre totemismo e religião.

Partindo do pressuposto de que o totemismo australiano era o tipo mais simples de sistema religioso conhecido, Durkheim concluiu que ele esclareceria os principais elementos da religião em geral. Porém, o totemismo das tribos enfocadas não era sequer típico do totemismo australiano em geral, e muito menos dos sistemas totêmicos de outras partes do mundo. Ademais, muitos antropólogos passaram a considerar o totemismo não como uma forma de religião, mas como forma de ritual e organização de parentesco Giddens (1981: 75-89). Ademais, Jones (1986) observa que a análise do material relativo ao totemismo e as tribos enfocada têm levado críticos a sugerir que os dados australianos foram introduzidos simplesmente para ilustrar as teorias de Durkheim, ao invés de as teorias terem sido construídas ou adaptadas para dar conta dos dados.

Como observado acima, a teoria Durkheimiana da religião depende da polaridade do sagrado e do profano, como esferas discretas e opostas. Essa polaridade, porém, não é universal embora possa ser observada em certos sistemas religiosos. Durkheim baseou sua teoria da religião numa sociedade estruturalmente muito simples, sem hierarquias. Assim, além de ignorar as relações de poder, esta visão reforçou sua tendência de falar de “sociedade” como de uma entidade homogênea. Como ressalta Giddens (1981: 77), ao contrário de Weber e Marx, ele não enfrenta a possibilidade de serem as crenças religiosas ideologias, que ajudam a legitimar a dominação de alguns. O conflito era visto em termos de oposições entre o indivíduo e a coletividade, um fenômeno de fases de transição no desenvolvimento social, em que a harmonia das funções está temporariamente suspensa. Para ele, as sociedades são conjuntos unificados cuja base de unidade associa-se à solidariedade mecânica ou à orgânica.

Há duas interpretações da sociologia da religião de Durkheim (Aron, 1987: 330). A de que no totemismo os homens adoram, sem saber, a sociedade, o que significa que o sagrado vincula-se em primeiro lugar à força coletiva e impessoal que é uma representação da própria sociedade. E a de que as sociedades criam deuses ou religiões quando entram num estado de exaltação da própria vida coletiva. Nas sociedades arcaicas, as cerimônias ritualísticas; nas modernas, nas crises políticas e sociais. A partir destas idéias, Durkheim desenvolve uma interpretação das noções de alma, espírito, e deus, conforme a lógica das representações religiosas. Ademais, ele evidencia a importância de dois tipos de fenômenos sociais, os símbolos e os ritos, chamando atenção para o fato de que muitas das condutas sociais se dirigem não para as coisas em si mesmas mas para seus símbolos.

Durkheim tira do estudo do totemismo uma teoria sociológica do conhecimento. Além de estudar as crenças e práticas das tribos, ele reflete também sobre as maneiras de pensar associadas às crenças religiosas e verifica que a religião não é apenas o núcleo de onde saíram regras morais e religiosas, mas é também a origem do pensamento científico. Sua teoria sociológica tem três proposições (Aron, 1987: 332): 1. As formas primitivas de classificação estão ligadas às imagens religiosas do universo, retiradas das representações que as sociedades fazem de si mesmas, e da dualidade do mundo profano e religioso ou sagrado; 2. Uma idéia como a da causalidade provém da sociedade, e só dela pode provir; e 3. A teoria sociológica do conhecimento fornece o meio para superar a oposição entre o empirismo e o apriorismo, ambos falsos para Durkheim. A síntese necessária vai resultar da intervenção da sociedade.

IV. O Funcionalismo nas Pesquisas em Administração

Apesar das mudanças constatadas no campo dos estudos organizacionais ao longo do século, o enfoque científico, alicerçado nos parâmetros funcionalistas, continua sendo o *ethos*

prevalecente de pesquisa, como salienta Bryman (1992: 32). Embora a primeira vista possa parecer bastante eclético, o campo da administração é composto, majoritariamente, de teorias e pesquisas que se encaixam no paradigma funcionalista. Em termos de pressupostos, o grau de concentração é tão grande que, segundo Burrell e Morgan (1994: 121), mesmo dentro deste paradigma, a grande maioria dos estudos e teorias subscreve-se a uma perspectiva funcionalista particular, a da teoria dos sistemas sociais e objetivismo.

Esta aparente diversidade manifesta-se, em grande parte, graças aos diversos esquemas classificatórios que têm sido propostos por diferentes autores quer em termos de tipologias, freqüentemente rivais, baseadas em funções, tecnologia, regulação, ou estrutura, quer em termos de desenvolvimento histórico baseado em explicações lineares, descontextualizadas. Ou ainda em termos de nível de análise, individual, grupal, ou organizacional, e em termos de cuja perspectiva é considerada, aquela dos gerentes ou a dos demais atores organizacionais. Em qualquer dos casos, os pressupostos subjacentes aos enfoques apresentados permanecem inexplorados, o que tem implicado uma proximidade bem maior entre estas várias correntes do que sugere a controvérsia nos debates acadêmicos sobre o tema (Burrell e Morgan, 1994: 120). O debate enfoca apenas pontos de detalhe e tendo sempre um tom ‘amigável’ e ‘construtivo,’ gira em torno das melhorias técnicas que podem ser feitas ainda dentro da perspectiva funcionalista como um todo, advertem Burrell e Morgan (1994: 218). Segundo estes autores (p. 49), quatro perspectivas compõem a estrutura do paradigma funcionalista:

- *teoria dos sistemas sociais* — constituída pelo *funcionalismo estrutural* e pela *teoria dos sistemas*, que utilizam analogias biológicas e mecânicas ao tratar das questões sociais, representa um desenvolvimento do positivismo sociológico em sua forma mais pura;
- *interacionismo e teoria da ação social* — unem elementos do positivismo sociológico e do idealismo alemão, constituindo, assim, a fronteira mais subjetiva do paradigma funcionalista.
- *teoria integrativa* — com uma posição central no paradigma, busca ocupar a lacuna entre a teoria dos sistemas sociais e o interacionismo, sem comprometer-se com nenhuma das duas e constituiu-se por: *funcionalismo do conflito*, *teoria morfogenética dos sistemas*, *teoria da troca e poder de Blau*, e *teoria da estrutura social e cultural de Merton*.
- *objetivismo* — próxima da teoria dos sistemas por seu vínculo com o positivismo sociológico, diferencia-se desta por seu apego a modelos/métodos das ciências naturais e compõe-se do *behaviorismo*, derivado de modelos fisiológicos usados na psicologia, e do *empiricismo abstrato*, dominado por metodologias quantitativas, sem atributos sociais.

Em sua visão de mundo social, os funcionalistas tendem a ver a sociedade como sendo ontologicamente anterior ao homem, colocando o homem e suas atividades dentro deste contexto maior. Assumindo o ponto de vista do observador, relacionam aquilo que observam ao que julgam importante no contexto maior, acreditando, contudo, não afetarem o objeto observado. Pressupõem a existência de padrão e ordem contínuos; logo, buscam fornecer uma explicação da natureza regulamentada das questões sociais. Admitem, ao mesmo tempo, porém, um certo grau de ordem e desordem, consenso e dissenso, integração e desintegração, satisfação e frustração em suas explicações de como a sociedade permanece unida. Com sua concepção racionalista de ciência, crêem na inquisição objetiva capaz de fornecer conhecimento explicativo verdadeiro sobre a realidade externa e pressupõem que as teorias científicas podem ser avaliadas objetivamente, tendo-se como referência a evidência empírica. Crêem ainda que existem regras governando o mundo externo e padrões de ciência externos e universais que determinam o que constitui uma explicação adequada de um dado fenômeno.

Esta noção racional de ciência e de conhecimento válido é imposto pelos funcionalistas. A ciência, usada como um instrumento de regulação, explica o mundo social em termos de estruturas e funções físicas e biológicas similares àquelas do mundo natural. Deste modo, a diversidade existente entre as correntes alinhadas ao paradigma funcionalista prende-se sempre a esta concepção de mundo e de ciência, sendo, pois, uma diversidade superficial manifesta em termos de grau e não de pressupostos. Por vezes, mascara uma estratégia de defesa:

“Building upon basic models derived from the natural sciences (as modified by Comte, Spencer, Pareto and Durkheim), sociologists have responded to the external challenge and threat posed by alternative intellectual traditions through both fusion and incorporation...elements of German idealism have been fused with the Anglo-French tradition to produce interactionism. Aspects of the work of Marx has been incorporated into integrative theory. In each case the rival intellectual tradition has been sucked into the paradigm and used in a manner which defies certain of its basic assumptions. In other words, *these different intellectual traditions have been reinterpreted from a functionalist perspective* (Burrell and Morgan: 108 - ênfase nossa).”

Apesar do funcionalismo poder ser enfocado a partir de muitas perspectivas, existem, segundo Slabbert (1976), duas características que devem sempre estar presentes em qualquer análise. Primeiro, o fato que uma explicação funcional é sempre teológica; é fornecida em termos de um esquema de meios-e-fins. Segundo, a idéia de sistema. Slabbert enfatiza que ao contrário do sistema mecanicista-determinista tradicional, um sistema funcional tem que lidar com as mudanças nos relacionamentos entre as variáveis do sistema e as variáveis ambientais. De modo complementar, Kast e Rosenzweig (1987: 125), exprimindo uma concepção de Merton, mostram que o funcionalismo, apesar de suas várias conotações, enfatiza essencialmente sistemas de relacionamento e a unificação das partes e dos subsistemas em uma totalidade funcional, em que cada elemento tem uma função a desempenhar no sistema mais amplo.

O funcionalismo evidencia-se em praticamente todas as ciências sociais, desde a sociologia, a psicologia, e a antropologia até a jurisprudência e a lingüística. Também na administração, de modo direto ou não, ela tem-se manifestado em abordagens que vão desde a chamada escola clássica, normalmente tida como a primeira corrente sistematizada de pensamento, emersa nas primeiras décadas deste século, e à qual alinham-se, dentre outros, Taylor e Fayol até o chamado movimento de qualidade de vida, que ganhou ímpeto já a partir da década de 1970 com o intuito de solucionar os problemas impostos pela transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, a retomada ‘inconsciente’ ou nem sempre declarada de uma antiga inquietação Durkheimiana em um novo contexto. A retomada de temas e enfoques com raízes funcionalistas é freqüente, como tende a ser freqüente a não alusão à estas inspirações. Burrell e Morgan (1994: 138), salientam, por exemplo, que o modelo de Hawthorne, associado a escola de Relações Humanas, pode melhor ser compreendido como uma fusão de elementos da sociologia de Pareto e Durkheim.

Conclusão

O funcionalismo pode e tem sido sido enfocado de diferentes perspectivas, não havendo, de fato, nenhuma abordagem particularmente mais importante ou significativa. De modo geral, ele “procura ver as ciências sociais em termos de estruturas, processos e funções, e compreender as relações existentes entre esses componentes. Ele realça que cada elemento de uma cultura ou instituição social tem uma função a desempenhar no sistema mais amplo” (Kast e Rosenzweig, 1987: 125).

O conceito de função teve papel importante em várias obras de Durkheim, como por exemplo, em seu esforço em explicar em *A Divisão do Trabalho Social* as funções da divisão

do trabalho na tentativa de mostrar quais necessidades sociais ela satisfazia, e em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* em que ele busca demonstrar as funções dos cultos, ritos e crenças na sociedade. Como Coser (1997: 140) afirma, foi Durkheim quem estabeleceu a lógica do enfoque funcional para o estudo do fenômeno social, embora explicações funcionais e alguns vestígios deste padrão de raciocínio já fossem encontrados nos trabalhos de Spencer e Comte. Recusando não apenas a perspectiva de análise fundamentada em causas e origens históricas, mas também aquela fundamentada em motivações e propósitos individuais, Durkheim instituiu a análise funcional como meio de apreensão da realidade social.

Embora vários aspectos do trabalho de Durkheim tenham sido mencionados aqui, muitos outros não o foram, dentre estes, por exemplo, suas contribuições no campo da sociologia da educação e sociologia do direito. Esta ausência deve-se, principalmente, a uma questão de foco. Algumas críticas aos trabalhos de Durkheim foram apresentadas, entretanto, esta linha de análise não era o objetivo particular desse ensaio. Uma preocupação maior foi a de delimitar a lógica do seu enfoque funcionalista e a perspectiva positivista de pesquisa, ressaltando não apenas seus preceitos básicos, mas também algumas de suas falhas. Em termos de crítica, Domingues (1998: 2), ressalta, por exemplo que, “Além de dar expressão ao conhecimento científico (ao qual julga ou pretende como conhecimento científico), o positivismo legifera sobre ele e estabelece normas e prescrições de toda sorte, violando o preceito de primeiro observar e descrever os fatos, só depois fazer a teoria dos mesmos.”

Um outro tema tratado foi o do status dos estudos organizacionais na atualidade. Como enfatizam Clegg e Hardy (1996: 110), as mudanças ocorridas no campo têm resultado em crescente pluralidade. Entretanto, a diversidade visível acaba por mascarar meras variações de estilo limitadas ao contexto do paradigma funcionalista e, deste modo, tem implicado a perpetuação não de uma total hegemonia, mas de uma supremacia.

De fato, a análise da evolução da perspectiva funcionalista nas teorias organizacionais deixa claro que mesmo as abordagens aparentemente mais modernas e inovadoras, tais como a contingencial e a da qualidade de vida no trabalho, constituem meras variações disputadas nos limites do paradigma funcionalista. Ilustrando esta realidade, Burrell e Morgan (1994: 184), afirmam que, “*whereas contingency theory stands as the contemporary equivalent of classical management theory, the quality of working life movement stands as the contemporary equivalent of the industrial psychology and human relations movements.*” Independentemente do discurso proferido, o foco é nas contribuições a serem feitas para a estabilidade e sobrevivência do sistema total. Em essência, não mudam os ingredientes, mas sim o arranjo e a dosagem aplicada. O conteúdo permanece.

Referências

- Aranha, M. e Martins, M. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- Aron, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- Bryman, A. *Research Methods and Organization Studies*. 2nd edn. London: Routledge, 1992.
- Burrell, G. and Morgan, G. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- _____. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*. 9th ed. Hants, England: Arena, 1994.
- Clegg, S., Hardy, C. and Nord, W. *Handbook of Organization Studies*. London: Sage, 1996.
- Coser, L. *Masters of Sociological Thought: Ideas in Historical and Social Context*. London: Hbj College and School Div., 1997.
- Domingues, I. Positivismo e Ciências Humanas. Notas de aula (não publicadas), 1998.
- Durkheim, E. *As Regras do Método Sociológico ...* In Émile Durkheim. SP: Abril Cultural, 1978.

- _____. *Division du Travail Social*. Paris: Alcan, 1893.
- _____. *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris: Alcan, 1895.
- _____. *Le Suicide. Etude de Sociologie*. Paris: Alcan, 1897.
- _____. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse. Le Système Totémique en Australie*. Paris: Alcan, 1912.
- Giddens, A. *As idéias de Durkheim*. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.
- _____. *Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 1997.
- Kast, F. e Rosenzweig, J. *Organização e Administração: Um Enfoque Sistemico*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.
- Jones, R. (1986) *Emile Durkheim: An Introduction to four Major Works*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1986.
- Morgan, G. 'Paradigm diversity in organizational research', in J. Hassard and D. Pym (eds), *The Theory and Philosophy of Organizations: Critical Issues and New Perspectives*. London: Routledge, 1990. pp. 13-29.
- Parsons, T. 'Durkheim, Émile,' in David Sills (ed), *International Encyclopedia of the Social Sciences*. Reprint Edition, vol. 4. New York: MacMillan & The Free Press, 1972. pp.311-320.
- Scott, J. *A Matter of Record: Documentary Sources in Social Research*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- Slabbert, F. 'Functional methodology in the theory of action,' in J. Loubser, R. Baum, A. Effrat, and V. Lidz (eds), *Explorations in General Theory in Social Science: Essays in honor of Talcott Parsons*. vol. 1. New York: The Free Press, 1976. pp. 46-58